

Ata n.º 76

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas dezasseis horas reuniram em Assembleia Geral Ordinária os sócios da Associação para o Desenvolvimento do Torrão na sua sede social, sita na rua 2 do Abril, antiga escola primária n.º 8 na vila do Torrão.

De acordo com a convocatória enviada aos sócios com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Apresentação, discussão e aprovação do Relatório e Contas do ano 2022 da Associação para o Desenvolvimento do Torrão;

Ponto dois: Alienação de terreno;

Ponto três: Outros assuntos.

Constituída a mesa da Assembleia Geral, pelo Sr. Presidente José Gonçalves Ferreira de Barabrena Múcio, pela Sr.ª 2.ª Secretária Rosa Bela Casaca Duarte e coadjuvada pela sócia Sr.ª Mariana Rosa Marques Mestre, iniciou-se a sessão trinta minutos após a hora marcada com o número de sócios presentes, pelas dezasseis horas e trinta minutos.

O Sr. Presidente da mesa da Assembleia Geral começou por ler a ata número 75 da sessão anterior e colocá-la a aprovação, merecendo a mesma a aprovação por unanimidade.

De seguida, entrando no ponto um foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Direcção José Domingos Vindade Costa que por sua vez pediu à Técnica de Gestão da Associação para o Desenvolvimento do Torrão, a Sr.ª Fabiana Gomes para apresentar as contas relativas ao exercício de dois mil e vinte e dois.

A técnica apresentou e explicou as contas, nomeadamente a Demonstração de Resultados cujo resultado foi negativo de 83. 865,80€ (oitenta e três mil e oitocentas e sessenta e cinco euros e oitocentos cêntimos). De seguida, o Sr. Presidente da Direcção referiu que pela primeira vez a instituição apresentou este resultado na sua história, mas este resultado tem uma explicação, que se deve a atrasos nos pedidos de pagamento do projeto CLAIM no valor de cerca de 20.000 €, na devolução de 39.000 € que não foram gastos também no projeto CLAIM, no atraso da assinatura do protocolo do projeto Passo a Passo com a Câmara Municipal de Aldeia do

sal, no valor de 19.600€, tudo isto resultando num assumir de despesas no valor de 78.600€. Para além destas despesas e receitas que não obtivemos, mas que não ser regularizadas este ano de 2023, também existiu um aumento na massa salarial da Associação de 32.780,00€. Portanto, explicou o Sr. Presidente da Direção, a Associação apresenta este valor de resultado líquido, mas na realidade o valor seria muito mais baixo se todas as verbas tivessem sido pagas a tempo. No entanto, acrescentou que em termos de Tesouraria a Associação continua com uma posição confortável para honrar os seus compromissos e que este ano quando as verbas em atraso forem pagas, os resultados serão diferentes.

O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu que do futuro, estas verbas em atraso sejam registadas como dívidas à Associação, o que corresponde à realidade e pode contribuir para um resultado diferente e muito mais favorável.

O Sr. Presidente da Direção continuou com uma apresentação de toda a atividade desenvolvida durante o ano 2022 das várias partes da Associação, em conjunto com algumas das coordenadoras das repetidas valências, a qual foi discutativa do trabalho desenvolvido pela Associação no apoio junto das várias populações envolvidas.

Depois das explicações, esclarecimentos prestados pela Direção à Assembleia e não havendo mais questões, o Sr. Presidente colocou à votação o Relatório e as Contas do Exercício de 2022, incluindo a proposta da Direção da aplicação do resultado líquido negativo de 83.865,80€ para a conta de Resultados Transitados, que foram aprovados por unanimidade.

Entrando no ponto dois, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Direção, que começou por explicar que o propósito da venda do terreno doado à ADT pelo Município, é o reforço de verbas provenientes desta venda para suporte do autofinanciamento que a ADT usa necessariamente para concluir os dois projetos que se encontram aprovados, o projeto CANT' CERTO no valor de cerca de 280.000,00€ com um financiamento a 85% e o projeto JOVENS COM VALORES no valor de cerca de 120.000,00€, tam-

folém com um financiamento de 85%. Neste sentido a Associação necessita de 15% de autofinanciamento que serão garantidos pelas verbas provenientes da venda deste terreno, que está avaliado em matriz predial em cerca de 188.000,00€.

O Sr. Presidente da Direcção reforçou igualmente que este ponto já tinha sido mencionado na Assembleia Geral anterior. Para além disso, mencionou igualmente que a Direcção teve uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Madalena do Sal, onde foi abordado este tema com a mesma explicação que motivou a sua venda, uma vez que foi o Município que doou este terreno à Associação, e não faria sentido da mesma parte colocar o mesmo à venda sem primeiro perceber se a própria Câmara Municipal não estava interessada na sua aquisição.

Neste sentido, o Sr. Presidente da Câmara Municipal manifestou a sua concordância com esta estratégia de angariação de verbas que serão aplicadas igualmente em projetos de área social, portanto não desvirtuando o motivo da doação do terreno por parte do Município à Associação, referindo igualmente que o projeto que estava previsto para ser realizado neste terreno (Escola de Infância e Juventude) não cobra de momento financiamento por parte do Estado, pelo que o Município não vê qualquer impedimento e até louva a iniciativa da Associação, pois o mesmo não possui verba disponível para a sua aquisição, pelo que não existe qualquer impedimento da Associação alienar a terceiros.

O Sr. Presidente da Assembleia Geral colocou à votação a alienação do terreno, situado na Zona Habitacional 1, código postal 7595-166, freguesia do Torrão, concelho de Madalena do Sal com uma área bruta de 2.500 metros quadrados, inscrito na matriz predial sob o artigo 2878, na vila do Torrão, autorizando a Direcção a iniciar o processo, que terá como base de venda o valor atual da matriz. Para que o processo de venda seja transparente, mas simultaneamente garanti o sigilo mercantil neste tipo de negócio, foi constituído um júri, composto por um membro do Conselho Fiscal, o Sr. David Almeida, um membro da Assembleia Geral, o

processo e salvaguardar o interesse de todos.

Colocada à votação a proposta de venda e de acompanhamento do processo, foram aprovadas por unanimidade.

Por fim entrando no ponto três, foi dada a palavra aos membros da Assembleia, mas não foi mencionado ou discutido qualquer assunto.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte horas, da qual foi passado a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa:

Presidente da Assembleia Geral:

J. J. —

2. Secretário:

Rosa Belo Pereira Casaca Duarte

3. Vice Secretário:

Mariana Rosa Marques Esteves

